

A PRESENÇA ILEGAL, NO NOSSO PAÍS, DE DENTISTAS BRASILEIROS

A. Faria Gomes*

INTRODUÇÃO

Impedido de vir a lume o artigo em epígrafe, e por motivos que não queremos comentar, de então para cá a evolução do processo deu-se no sentido da incoseqente decisão governamental, o que profundamente lamentamos pela falta de respeito havida para com os seus concidadãos.

E como apesar de tudo o artigo em questão não perdeu a oportunidade e continua a ser actual a razão de solicitarmos, agora, à Revista da SPEM-D, a sua publicação.

A fazer crédito das últimas notícias vindas a lume na Comunicação Social, inexplicavelmente, pensamos que irá ser resolvido tal problema, problema que nunca o foi dada a ilegalidade de que sempre enferrou. E neste processo é bem evidente a pressão/imposição dos governantes brasileiros em favor dos seus dentistas enquanto a juventude portuguesa se vê manietada e impotente por várias razões do conhecimento público e que tentaremos, nesta abordagem, deixar mais claro.

Tendo em consideração os inúmeros artigos tárias constituem uma área parcelar do vasto campo de formação e actuação da Especialidade Médico-Cirúrgica que representamos — a Estomatologia;

Tendo em consideração os inumeros artigos dados à estampa na Imprensa escrita e também pela Rádio e Televisão, envolvendo uma gama incomensurável de personalidades, em que não nos escapou as figuras de Sarney e Raul Belem;

Tendo em consideração também propostas de

resolução que não são mais do que extravagâncias mentais dos seus autores a jogarem a favor do adversário, que se recusa a cumprir as regras do jogo;

O sentir-se o Conselho Directivo do Colégio de Estomatologia, com todo o peso da responsabilidade que tal representatividade lhe confere, concitado a tornar pública a sua posição e pelas razões acima aduzidas. Não porque o diferendo lhe diga directamente respeito, já que não se trata de licenciados em Medicina e assim o difere à partida para a Associação Profissional dos Médicos-Dentistas Portugueses; mas porque entende, nesta altura, julgar oportunas algumas reflexões a não deixarem escamotear verdades que devem ser conhecidas; e mais, para que sirvam de alerta aos jovens em formação médico-dentária nas Escolas portuguesas e também, aos parcialmente envolvidos, os nossos colegas médicos em Internato Complementar de Estomatologia. E tudo porque serão sempre eles que virão a pagar a factura do que, a fazer-se, não será mais do que um cheque sem cobertura avalizado por aqueles que estão nos centros de decisão. A experiência assim no-lo diz! É que qualquer "arranjo" será sempre um arranjo, será sempre ilegal e em vez de desdramatizar tal situação, o espectro de repulsa será tão vasto como o medo evidenciado em enfrentar a realidade como ela efectivamente é e a Lei preceitua e impõe.

Tradicionalmente o político moderno, por hábito e quando confrontado com a verdade de uma gestão da sua responsabilidade negativa e consequências daí decorrentes, difere para a força da "sua" razão os motivos que lhe estiveram na origem. E então apoia-se na história, no amor, na fraternidade e quejandos, algo comparável ao sen-

* Presidente do Conselho Directivo do Colégio de Estomatologia — O.M.

tenciado arguto que se serve das mais díspares formas de defesa mas que nada, mesmo nada, representam em termos de uma defesa que se apresenta esvaziada de conteúdo válido.

Essa a impressão que nos fica dos textos que acabamos de ler... e reler! E interrogamo-nos perante factos que são do conhecimento de todos, portugueses e brasileiros, até porque o sabemos da experiência familiar colhida ao longo dos anos.

Em terras de Vera Cruz é conhecida e bem, pelo quanto tem de válido para a evolução progressiva do Brasil, a acção dos portugueses nas tarefas mais árduas, já que dentro da intelectualidade sempre a obstrução, as dificuldades foram paradigma nos últimos decénios, no acesso ou nas equivalências solicitadas, com ou sem acordos, o que se não verificava nem verifica em Portugal. Apenas se exige igualar os cursos para serem reconhecidos, o que naturalmente, quando as grelhas não são sobreponíveis, obriga a sujeitar-se o candidato às provas das disciplinas não existentes no curriculum que apresenta.

E não se invoca, como a lei brasileira o preceitua, "... e se os altos interesses da Pátria o permitirem"! E se assim não o é basta apenas verificar nos últimos decénios os portugueses que requereram equivalências e os que as obtiveram. Franca-mente o saldo a favor de Portugal é enorme... mas negativíssimo!... Excluídos logicamente os cidadãos filhos de emigrantes e que para ali foram crianças, ali fizeram os seus estudos e concluíram os seus cursos. E nas mesmas circunstâncias também o nosso País demonstra e bem a tão agora invocada fraternidade.

Como é possível vestir-se indumentária de cor-deiro quando, aos que ora assim se apresentam, lhes incumbe a grave responsabilidade de "poluir" o Brasil de Faculdades de Odontologia desnecessárias e que só, tendo em consideração todos os factores que as condicionaram, se concebe por inconsciência ou maldade e num desrespeito total pelas jovens gerações brasileiras?

Que expliquem tais(ir) responsáveis aos seus jovens licenciados porque fizeram o Brasil passar de quarenta e dois centros formadores em 1966 para atingirem números escandalosos de quase uma centena em 1991, ignorando tudo o que ocorre no Mundo civilizado. Para quê?

Não, não se está contra o cidadão brasileiro que foi envolvido num processo que minimamente classificamos de desonesto. Insurgimo-nos isso

sim contra o governante que levemente e com toda a sua irresponsabilidade de político e gestor lança no desemprego os seus concidadãos através de leis desconectadas das realidades. Estamos contra esse governante que, uma vez afastado do leme do poder "ingenuamente" procura protecção para tais iniquidades através de discursos "beatificantes" e simultaneamente "exportar" os visados em tal processo para a Europa como de uma simples mercadoria de bananas se tratasse e aos países receptores impôr a obrigação de lhe resolver o fruto de tais situações de impasse.

Não, assim não! Há muito tempo que se vem alertando para aquela realidade. O que se está a passar e a verificar é a prova provada da nossa razão de então; e..., então, ninguém nos quiz ouvir!...

Não, assim não! Não pactuamos com tal e muito menos julgamos competir a Portugal colmatar o mau resultado duma péssima gestão de recursos humanos, altamente lesiva dos interesses dos jovens brasileiros e que, segundo números colhidos de fonte governamental fidedigna, assumem um valor aproximado de mais de 6.000 dentistas brasileiros no desemprego ou sub-emprego e que naturalmente o Governo brasileiro tem na sua mira Portugal para os "exportar"!

É necessário que cada país assuma as suas próprias responsabilidades e não se proponha aniquilar a juventude dum País amigo e irmão, contando com a aquiescência que pretende impôr ao Governo desse País, e por mais fortes que sejam os laços que os unem, do que aliás ninguém duvida, e muito menos necessita ser lembrado ou invocado.

Há que desmistificar a estes dois Povos, Portugal e Brasil, o imbróglio em que os querem envolver, escondendo as leviandades gestoras que lhe estão na origem.

E também para que sirva de alerta aos nossos governantes, já que Portugal, em termos europeus, está praticamente dentro dos valores recomendados na relação dentista/número de pacientes, o que aliás é bem do conhecimento dos mesmos.

Ora tal facto concita à ponderação afim de que, num futuro muitíssimo próximo os nossos jovens não os venham também acusar de incúria. E alguma razão já há! Que não venham também a ser acusados de ser os artífices de uma nova "guerra civil" dentária e que cada vez se torna mais eminente.

Que os nossos Governantes, a quem está adstrito uma tomada de posição sobre tão magnum problema, se não deixem embalar em manto tão diáfano de escolhos e de consequências graves e imprevisíveis.

Só loucos ou inconscientes acreditam ou podem propor, talvez apenas por adulação ou lisonja, outro processo que não passe pela LEGALIDADE expressa na LEI, convencidos, ou quem sabe se não..., de que tal resultará, com toda a sua ilegalidade, em solução tampão;

Só loucos ou inconscientes podem sugerir "tisanas" oportunistas que não passem pela legalidade e altamente lesivas dos nossos jovens e por quem têm o dever e a obrigação de lutar;

· Só loucos ou inconscientes olvidam os compromissos assumidos com a Comunidade Europeia, como se esta não estivesse atenta tais manobras, ignorando o que por cá se passa lá por estarmos na ponta mais ocidental do velho Continente!....

Bom, e nós não somos loucos nem inconscientes.